



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 463/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 2367/2013 (13 Volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Eronildo Braga Bezerra, ex-Secretário da SEPROR e a Sra. Tanara Lauschner, Secretária Executiva da SEPROR.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI - Relatório Conclusivo nº 123/2014 (fls. 93/109).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2912/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 2594/2608).
- 8- **Relator:** Conselheiro Erico Xavier Desterro da Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Produção Rural. Exercício 2012.

Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo. Autorização para a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos. Determinação à remessa dos autos ao Ministério Público Estadual. Notificação aos Interessados. Determinação ao SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregular as Contas da Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR, de responsabilidade do Sr. **Eronildo Braga Bezerra** e a Sra. **Tanara Lauschner**, Secretário e Secretária Executiva da SEPROR, referente ao exercício de 2012, com fundamento no art. 22, III, "b" e "c", da Lei Estadual n.2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas neste voto, nos respectivos subitens ali citados;

9.2- Aplicar multa ao gestor, Sr. **Eronildo Braga Bezerra**, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 15.500,00** (quinze mil e quinhentos reais), pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades;

9.3- Aplicar multa a Sra. **Tanara Lauschner**, Secretária Executiva da SEPROR, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual n.2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução n.04/2002, no valor de **R\$ 15.500,00** (quinze mil e quinhentos reais), pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades;

TBB/Decisório feito de acordo com o Mod.5b-AC-PC.ORG/ENT/MUN da Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 463/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4- Considerar em alcance o ordenador de despesas, Sr. **Eronildo Braga Bezerra**, no montante de **R\$ 2.642.162,98** (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos), nos moldes do art. 304 e 305, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas;

9.5- Considerar em alcance o Sr. **Djalma Farias Teixeira Lustosa**, fiscal de obra da SEPROR, no montante de **R\$ 2.494.439,49** (dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos), nos moldes do art. 304 e 305, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE;

9.6- Considerar em alcance a empresa **MCW CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM**, no montante de **R\$ 2.365.580,89** (dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos), nos moldes do art. 304 e 305, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE;

9.7- Considerar em alcance a empresa **CREDENCIAL ENGENHARIA LTDA** e o Sr. **Elisimar de Souza Moura**, fiscal de obra, no montante de **R\$ 128.858,60** (cento e vinte e oito mil reais e oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos) nos moldes do art. 304 e 305, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE;

9.8- Considerar em alcance a empresa **A.V GUIMARÃES E CIA LTDA** e a Sra. **Fabiola Maria Freitas de Souza Ferreira**, fiscal de obra, no montante de **R\$ 147.723,49** (cento e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos) nos moldes do art. 304 e 305, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE;

9.9- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais, do valor imputado dos débitos, com comprovação perante este Tribunal, acrescidos da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, da Lei Estadual n.2.423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE/AM;

9.10- Autorizar desde já a instauração do Processo de Cobrança Executiva dos débitos, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.11- Determinar a remessa de cópia dos presentes autos ao Ministério Público Estadual, para a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e criminais;

9.12- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

9.13- Determinar ao SEPLENO que após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos arts. 159 e 160 da Res. 04/2002 (RITCE), adote as providências previstas no art. 161 do Regimento Interno.

10-Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 25 de Maio de 2016.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Claudio de Souza Filho,

TBB/Decisório feito de acordo com o Mod.5b-AC-PC.ORG/ENT/MUN da Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Diário Eletrônico do TCE/AM,

Edição Nº 1319

De 14 / 6 / 16



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃO - DIRAC

Proc. Nº 23671/2013

Fls. Nº 2622

ACÓRDÃO Nº 463/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA SILVA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

TBB/Decisório feito de acordo com o Mod.5b-AC-PC.ORG/ENT/MUN da Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Este documento foi assinado digitalmente por ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 67E5A8AB-211F27AD-C568FEC7-8820C253